

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**MEMÓRIAS (COM)PARTILHADAS: O CASO DO
BRIZOLISMO EM SÃO SEPÉ - RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Tamiris Carvalho

Santa Maria, RS

2012

MEMÓRIAS (COM)PARTILHADAS: O CASO DO BRIZOLISMO EM SÃO SEPÉ - RS

Tamiris Carvalho

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Brasil do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em História do Brasil.**

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Armani

**Santa Maria, RS, Brasil.
2012**

**Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Centro de Ciências Sociais e Humanas – CCSH
Programa de Pós-Graduação em História**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monograma de Especialização.

**MEMÓRIAS (COM)PARTILHADAS: O CASO DO BRIZOLISMO
EM SÃO SEPÉ - RS**

Elaborada por
Tamiris Carvalho

Como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em História do Brasil
COMISSÃO EXAMINADORA:

Profº. Dr. Carlos Henrique Armani (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Profº. Ms. João Júlio Gomes dos Santos Júnior (UFSM)

Profº. Ms. Roselaine Casanova Corrêa (UNIFRA)

Santa Maria, 21 de dezembro 2012.

*Dedico este trabalho a lembrança de meu tio Adão Alamir Brum Pereira,
e meu amigo e Vô emprestado Ivo Luz que nos deixaram ainda cedo, mas que
muitas estórias contaram-me
do Brizola.*

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento de agradecer. Primeiramente aos meus pais, pelo esforço que sempre fizeram e ainda fazem para me manter nos estudos. O pai trabalhando de sol a sol na lavoura, a mãe sempre fazendo uma quitanda para negociar e ajudar nas despesas, para que nada me faltasse. Há vocês devo tudo que sou, ao meu pai o exemplo de homem que nunca mediu esforços para que eu estudasse, desde muito cedo apoiou-me. Levando-me para um lado e outro na procura dos meus entrevistados. A mãe eu agradeço pela paciência que tem e tenta sempre me passar, principalmente nos momentos de dificuldades. E agradeço ainda os inúmeros momentos de ausência, nesses meses em que o pai esteve doente e não pude estar tão perto de vocês, e pelos fins de semana, Dia dos Pais, das mães que faltei para estudar.

Quero agradecer as pessoas do meu convívio diário, Juliano, Jean e Daiane. Em especial a Daiane, meio-irmã, mãe, amiga, sempre disposta a me ajudar, a me consolar, a você o meu muito obrigada pelo convívio, pela amizade, pelos debates selados, pelas inúmeras vezes que leu esse trabalho e sempre muito observadora corrigindo cada vírgula fora do lugar.

Ao meu orientador professor Carlos Henrique Armani, por aceitar me orientar mesmo antes de me conhecer. Suas reflexões forem sempre valiosas. Aos professores João Júlio e Rose por aceitarem ser banca deste trabalho.

Agradeço aos professores da especialização, aos meus colegas Maria Luiza, Sílvia, Letícia e Seu, Oscar pelos momentos vivenciados no ano de 2011.

Quero agradecer especialmente aos meus entrevistados Jarbas Moreira, Odilon Vieira, Jacinto Correa, José Maria Picada, José Pires, Errio Brum Pires, Crespiano de Souza Aires e Rogério Vargas por cederem o seu tempo e espaço nos seus lares para compartilharem suas experiências de vida.

RESUMO

Monografia de Especialização em História do Brasil
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

MEMÓRIAS (COM)PARTILHADAS: O CASO DO BRIZOLISMO EM SÃO SEPÉ - RS

AUTORA: TAMIRIS CARVALHO

ORIENTADOR: CARLOS HENRIQUE ARMANI

Santa Maria, 21 de dezembro de 2012.

A presente pesquisa problematiza as lembranças que um determinado grupo de pessoas teve na cidade de São Sepé, acerca, de Leonel de Moura Brizola, em três momentos históricos: o período de 1961 com a Campanha da Legalidade, o contexto do Golpe Civil-Militar de 1964 e a sua volta do exílio em 1979 durante o período de redemocratização do Brasil. Nesta monografia procuramos compreender as lembranças dos entrevistados nesses três momentos históricos distintos, de modo a perceber como as continuidades e rupturas das ações desse líder aparecem nas narrativas orais sobre ele. Para essa pesquisa, utilizamos fontes orais, constatadas com as fontes historiográficas e demais obras bibliográficas. As entrevistas realizadas foram semi-estruturadas, possibilitando a intervenção quando necessário para um melhor aproveitamento das mesmas. Utilizamos referenciais teóricos sobre memória como Ecléa Bosi, Michael Pollak, João Carlos Tedesco. Assim como estudiosos desse período como Jorge Ferreira, Ângela de Castro Gomes que possibilitaram a reflexão desse tema.

Palavras-chave: Memória. Campanha da Legalidade. Educação.

ABSTRACT

Monografia de Especialização em História do Brasil
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

SHARED MEMORIES: THE CASE OF *BRIZOLISMO* IN SÃO SEPÉ - RS

AUTORA: TAMIRIS CARVALHO

ORIENTADOR: CARLOS HENRIQUE ARMANI

Santa Maria, 21 de dezembro de 2012.

This research discusses the memories that a particular group of people had in Sao Sepe, about, Leonel de Moura Brizola in three historical periods: the period of 1961 with the Campaign Legal, the context of the Civil-Military Coup 1964 and his return from exile in 1979 during the re-democratization of Brazil. In this monograph we seek to understand the memories of respondents in these three distinct historical moments in order to understand how the continuities and ruptures of the actions of this leader in oral narratives appear on it. For this research, we used oral sources, observed with the historiographic sources and other bibliographical works. The interviews were semi-structured, allowing intervention when necessary to make better use of them. We use theoretical frameworks on memory as Ecléa Bosi, Michael Pollak, John Carlos Tedesco. As scholars of this period as Jorge Ferreira, Angela de Castro Gomes that allow for reflection on this theme.

Keywords: Memory. *Campanha da Legalidade*. Education.

LISTA DE SIGLAS

ADP- Ação Democrática Popular

AI-2- Ato Institucional número 02

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

ARS- Aliança Republicano - Socialista

CIEP- Centro Integrado de Escolas Públicas

CODI-DOI- Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações

FMP- Frente de Mobilização Popular

IPM- Inquérito Policial Militar

MDB- Movimento Democrático Nacional

MTB- Movimento Trabalhista Renovador

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PL- Partido Libertador

PSD- Partido Social Democrático

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

TSE- Tribunal Superior Eleitoral

UDN- União Democrática Nacional

UNE- União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. A MEMÓRIA, A HISTÓRIA POLÍTICA E O TESTEMUNHO ORAL.....	12
1.1. A MEMÓRIA.....	12
1.2. MEMÓRIA E O TESTEMUNHO ORAL.....	15
2. O CONTEXTO POLITICO NACIONAL E REGIONAL DA POLÍTICA BRASILEIRA (1950-1979)	18
3. LEONEL DE MOURA BRIZOLA: UM OLHAR SOBRE A SUA ATUAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DE RELATOS.....	25
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
6. ANEXOS.....	50

INTRODUÇÃO

No ano de 2010 realizaram-se as eleições para presidente Brasil, respectivamente e também para deputado estadual e federal, senador, governador, enfim e eis aí que surgem minhas indagações para o projeto de pesquisa que apresentei no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, no curso de especialização em História do Brasil.

Dentre os candidatos(a) a deputado estadual surge Juliana Brizola (PDT), neta de Leonel de Moura Brizola. Em meio ao processo eleitoral comecei a observar a sua grande aceitação em São Sepé, os comentários de que ela seria a seguidora de seu avô, até pelo slogan que a mesma usou para conquistar o eleitor o fato de ser neta do Brizola. E não por menos ela fez uma bela votação no município, no meio em que eu convivo ainda existem aqueles que rememoram Brizola e que votaram em Juliana pelo fato de ela ser neta do grande líder.

Em meio a isso surge então o tema da monografia, o que se lembra de Leonel de Moura Brizola em três períodos históricos diferentes: durante a Campanha da Legalidade em 1961, pós-1964 e a sua volta do exílio em 1979, percebendo as continuidades e rupturas nos ideais de Brizola a partir dos relatos de nossos entrevistados.

Para isso então realizamos primeiramente uma seleção de entrevistados procurando pessoas que tivessem vivenciado a Campanha da Legalidade. A seguir selecionamos nossos entrevistados que foram tanto homens filiados ao PDT como aqueles que também seriam oposição. Realizamos então entrevistas semi - estruturadas por percebermos que esta seria a melhor forma de obtermos melhores resultados, pois poderíamos intervir na fala de nosso entrevistado se necessário. Caso fosse uma entrevista estruturada com questões objetivas seria difícil de obtermos um resultado positivo.

Em se tratando dessas lembranças nos amparamos em teóricos que tratam sobre o testemunho oral e memória para compreendermos essa memória compartilhada por nossos entrevistados. Realizamos também uma discussão sobre história cruzando esses referenciais teóricos com as fontes orais e com obras historiográficas que tratam do período para percebermos o que se lembra de Brizola.

No primeiro capítulo *A memória, a história política e o testemunho oral*, buscou-se fazer uma reflexão teórica sobre esses três termos percebendo as suas relações no campo da História. No segundo capítulo *Contexto nacional e regional da política brasileira (1950-1979)*, situamos o nosso objeto de pesquisa no período histórico para que pudéssemos

compreender as implicações políticas ao longo do tempo, pois 1950 é um marco com a volta de Getúlio Vargas ao poder e todo processo que se desenvolve até que o golpe seja dado em abril de 1964.

O terceiro capítulo *Leonel de Moura Brizola: um olhar sobre a sua atuação política a partir de relatos*, analisamos os relatos de nossos entrevistados, por meio dos quais visualizamos a importância do rádio como meio de comunicação para o período, a recepção da renúncia de Jânio Quadros, o processo que desencadeou a Campanha da Legalidade, bem como o golpe de 1964, a saída de Brizola do país e a seguir a sua volta do exílio a sua atuação política.

I - A MEMÓRIA, A HISTÓRIA POLÍTICA E O TESTEMUNHO ORAL.

1.1 – A memória

A memória é tema recorrente de estudos em várias áreas do conhecimento. Ela não é objeto exclusivo dos historiadores. A memória é um campo de investigação que está interligado à saúde, à arquitetura, à comunicação, às artes, entre outras. O campo de estudo é amplo e permite aos pesquisadores diferentes formas de abordá-la.

Nosso objetivo neste trabalho de monografia é perceber a lembrança que nossos entrevistados têm de Leonel de Moura Brizola, em três períodos distintos: durante a Campanha da Legalidade (1961), pós 1964, e Brizola quando retorna do exílio em 1979.

Dessa forma analisamos três momentos políticos distintos percebendo as permanências e as mudanças. Para isso realizamos entrevistas semi-estruturadas como coleta de dados, combinando perguntas abertas e fechadas. Esse tipo de entrevista permite uma proximidade maior, entre o entrevistador e o entrevistado, ou seja, uma interação maior permitindo que o entrevistador possa fazer interferências quando achar necessário ou mesmo aprofundar-se em algum aspecto que tenha sido interessante.

Neste caso onde tratamos de lembranças, a entrevista semi-estruturada foi de grande valia, pois pudemos obter um diálogo maior com nossos entrevistados, pois captamos questões de suas memórias que se fosse em uma entrevista estruturada com perguntas e respostas objetivas talvez não aparecessem. Dessa forma então trataremos uma discussão sobre memória para melhor compreendermos como alguns teóricos abordam esse tema que vem despertando interesse no campo da História.

No Brasil, podemos dizer que houve maior interesse em estudar a memória a partir da década de 1970, conforme João Carlos Tedesco (2011, p. 24):

um grande interesse acadêmico pelos passados presentes, ou, talvez, pelos presentes passados; certo deslocamento em relação a uma maior sensibilidade do tempo que passou e que deixou marcas e poucos registros ou não na correspondência com a importância dos fatos e dos sujeitos que os viveram, em geral os mais marcantes no campo político.

A memória muitas vezes esteve ligada ao campo político, pois havia uma preocupação em lembrar momentos que foram traumáticos para algumas pessoas, mas a memória não se remete apenas a conflitos políticos. Ela está presente nos objetos, os quais se podem ver e até tocar, no cheiro de um perfume, num lugar, em fotos, entre outros, pois cada um tem a sua forma de lembrar.

Para Écléa Bosi (2009, 27), “lembrar e esquecer são, dialeticamente, duas grandes faculdades da memória”, assim como objetos nos lembram, existem coisas ou momentos que queremos esquecer. Segundo Bosi (2009), “nesse lembrar e esquecer podem-se permitir a seleção, presentificação, tentativas deliberadas ou não de apagamento”. Segundo Tedesco (2011, p. 93), “os sentimentos de memória podem ser muito profundos e intensos; desse modo, quanto mais significativos, mais difíceis de serem apagados e não lembrados”.

De acordo com Bosi (2009, p. 31):

o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no modo de lembrar, faz com que fique o que signifique.

As perguntas realizadas para os nossos entrevistados nos remetem a este pensamento de Bosi, pois cada entrevistado lembrou ao seu modo, cada um deles teve um momento que marcou mais, nas suas vozes ou nos seus silêncios, nas palavras engasgadas, nas lágrimas que encheram aos olhos, cada um relatou o que significava para si aquele momento.

Para Michael Pollak (1992, p. 02), “a *priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa”. Pollak (1992, p. 02) ressalta ainda que “podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação”, o que vem ao encontro de nosso trabalho.

Pollak (1992), ainda acrescenta que “a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”. Percebemos então que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Os nossos depoentes criaram uma identidade sobre a lembrança de

Brizola, por meio do qual eles se reconhecem entre si. Ao longo das perguntas eles citavam o nome de seus companheiros porque há uma identificação entre eles.

A construção da identidade se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e que se faz por meio da negociação direta com outros. Essa consideração é relevante para nosso tema, pois certamente aqueles que se consideravam e ainda se consideram brizolistas, ainda hoje passam por critérios de aceitabilidade e se reconhecem em meio à sociedade, assim como os opositores também se reconhecem e passam pelo mesmo processo de aceitação na sociedade. As ideias se uniram em grupos nos quais ainda negociam suas identificações diretamente entre si.

Em se tratando de memória, não podemos deixar de citar o sociólogo francês Maurice Halbwachs, que em 1925 elaborou uma espécie de “sociologia da memória coletiva” e o historiador Pierre Nora que escreveu *Les Lieux de Mémoire* em 1984. As obras desses autores são de suma importância quando se trata de memória.

Halbwachs (2006, p.69) afirma que: “cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva e que esse ponto de vista varia de acordo com o lugar social que é ocupado”. Assim foi com nossos entrevistados cada um do seu lugar social, naquele momento lembrou a renúncia de Jânio Quadros, a Campanha da Legalidade, a volta de Brizola do exílio e a representação que isso teve nas suas vidas, ou seja, para cada um deles a recepção desses momentos aconteceu de uma forma, pois cada um ocupava um lugar diferente na sociedade.

O ser humano acaba selecionando sua memória. Há um processo de negociação, a fim de conciliar memória coletiva e memória individual. O autor complementa ainda que “a memória apóia-se sobre o “passado vivido”, o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o passado apreendido pela história escrita” (2006, p. 03).

Pollak (1989), nos coloca que não bastam apenas os testemunhos é necessário que haja pontos de contato “para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstituída sobre uma base comum”. Cada um dos depoentes desse trabalho lembrou sob uma base comum, por exemplo, a Campanha da Legalidade, mas de acordo com o lugar social vivenciaram de uma maneira que foi única para cada um.

O autor ainda salienta o “trabalho de enquadramento da memória” que se alimenta do material fornecido pela história, pois toda organização política e aqui podemos citar os partidos, sindicatos entre outros, “veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para

si mesma” (POLLAK, 1989, p. 10). O que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e do grupo.

A memória é uma reconstrução ativa, dinâmica, nunca a repetição exata de algo do passado, pois “cada um constrói a sua memória em ativa interação com os demais” (DUSSEL, FINOCCHIO, GOJMAN, 1997, p. 119). Através dos laços afetivos de pertencimento e ligados à lembrança de experiências acaba por gerar uma memória social.

Giron (2000, p.23), nos traz o significado de memória como “uma palavra de origem latina, deriva de *menor* e *oris*, e significa o que lembra”. Pois, a memória se relaciona com o passado numa interação entre o esquecimento e a preservação do passado. Compreendendo que os indivíduos selecionam o que deve ser lembrado e esquecido, pois não haveria como lembrar tudo.

Para Santos:

a memória é adquirida na medida em que o indivíduo toma como sua as lembranças do grupo com o qual se relaciona [havendo] um processo de apropriação de representações coletivas por parte do indivíduo em interação com outros indivíduos (1998, p. 5-6).

Tedesco, chama atenção para se discutir:

a ideia de que o passado é também negociado, disputado em seus significados que há uma multiplicidade de memórias em disputas, as quais são fragmentadas, outras resistentes, enquadradas, representadas e ambíguas, dependendo dos tempos, dos espaços e dos sujeitos que as engendram, das circunstâncias e conjunturas políticas e/ou de quem as expressa (2011, p. 73).

1.2 – Memória e testemunho oral

A memória constitui-se como objeto de estudo da história oral, pois através dos fragmentos de memória é possível reconstituir o passado. Lembrando que não reconstituímos exatamente como foi, porque temos apenas fragmentos desse passado, mas que nos permitem compreender o passado vivido.

Meihy (1996), salienta que a presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança de conceito de história, mas mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e

leitores, que passam a entender a sequência histórica e se sentir parte do contexto em que vivem.

Para Alberti (1989), a história oral é um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores.

Na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória e dos informantes. Segundo Amado (1998, p. XIV), “a história oral esclarece trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma”.

Alberti nos alerta que “as entrevistas, como toda fonte histórica, são pistas para se conhecer o passado” (2003, p. 01). Compreendemos que as narrativas de nossos entrevistados vão além do caso particular, nos fornecem uma chave para compreensão da realidade. Afinal a história oral não suscita apenas novos objetos e documentos, pois estabelece uma relação entre o historiador e os sujeitos da história.

Segundo Etienne François (2002, p. 07):

Que essa relação, diferente daquela que o historiador mantém com uma documentação inanimada, é de certa forma mais perigosa e temível, nem é preciso lembrar: uma testemunha não se deixa manipular tão facilmente quanto uma série estatística, e o encontro propiciado pela entrevista gera interações sobre as quais o historiador tem somente um domínio parcial. [...]. Parece-me, contudo, que a história oral, precisamente na medida em que se constitui um encontro com sujeitos da história, pode contribuir para reformular o eterno problema da pertinência social da história [...].

Percebemos que fazer história oral significa produzir conhecimento científico, histórico e não simplesmente fazer um relato de vida ou das experiências dos outros. Ela pode dar palavras aos esquecidos, aos que não tem capacidade, nem tempo, nem vontade de escrever.

Dentro das questões teórico-metodológicas que apresentamos sobre memória e história oral, devemos também abordar questões ligadas à história política, uma vez que o tema de pesquisa evoca a construção e a manutenção de uma memória política.

Nas tendências historiográficas contemporâneas, os historiadores questionam paradigmas referentes ao papel do Estado, ao sentido dos conceitos como Pátria, Nação e identidade nacional, assim como o significado do político, enquanto dimensão que afeta o

cotidiano. Desta forma, ao destacar o cotidiano e as relações sociais, mais que narrar o passado, o historiador considera-se como agente modificador da sociedade, alimentando as discussões sobre as diferentes manifestações coletivas no campo político.

Além disso, a racionalidade instrumental deixou de ser eixo explicativo das ações humanas, o que levou os historiadores a romperem com os paradigmas de cientificidade com base em uma racionalidade, puramente objetiva, em crise desde o final do século XIX. Todas essas transformações possibilitaram uma renovada história política nos anos 1970, quando houve um “alargamento do seu campo de ação onde temas, objetos e abordagens modificaram-se, redefinindo o papel do político na história” (FÉLIX, 1998, p.55).

Autores franceses, como René Rémond (1996) e Jacques Julliard, (1974), possibilitaram o alargamento do campo da história devido à interdisciplinaridade, pois eles se utilizaram de outras áreas do conhecimento para ter uma melhor compreensão da mesma. Ampliou-se o entendimento do político que pôde ser compreendido como o comportamento dos cidadãos responsáveis por seus rumos, e a história do político recebeu influências da psicologia social, da ciência política, da linguística e da filosofia, sendo que a sua interlocução com a antropologia trouxe à luz uma história dos costumes. Como se percebe, houve uma mudança na forma de pensar história, com novos objetos de estudo, que não apenas os fatos políticos tradicionais ligados ao Estado, brindando-lhes um olhar diferenciado.

Abordaremos também o poder carismático que se assenta em imaginários sociais que o grupo social projeta sobre o chefe carismático, Brizola por ser portador de um carisma inquestionável, lançava mão de sua retórica, às vezes agressiva, para convencer a população, assim como o fez na Campanha da Legalidade em 1961, no comício da Central do Brasil em março de 1964.

Brizola possuía um carisma de manter uma relação íntima com seus seguidores, bem como uma lealdade pessoal. Essa lealdade pessoal iria prevalecer em todos os apelos que Brizola fazia com veemência, no sentido de defesa dos interesses do país.

Procuramos neste capítulo abordar questões que são de suma importância para esta monografia, uma vez que nosso trabalho envolve memória, história oral e política. Fizemos uma breve discussão sobre esses três temas para que o leitor possa ter uma melhor compreensão do que virá nos capítulos seguintes.

II- CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL DA POLÍTICA BRASILEIRA (1950-1979).

Para Thomas Skidmore (1982, p. 110), “ao assumir a presidência, em janeiro de 1951, Getúlio se deparava com um Brasil muito diferente do país que havia governado como presidente autoritário, de 1937 a 1945”. O assunto que mais se salientou em 1950 foi à questão do desenvolvimento econômico e um projeto nacionalista.

Os anos de 1940 e mais especificamente os anos de 1950 foram marcados por uma “crença na transformação do presente com o objetivo de construção de um futuro alternativo ao próprio presente” (NEVES, 2001, p. 171). Havia um projeto de nação comprometido com o desenvolvimento social, “esperança, reformismo, distributivismo e nacionalismo eram elementos integrantes da utopia desenvolvimentista” (NEVES, 2001, p. 172).

Porém esse projeto não era homogêneo agregava proposições específicas de diferentes partidos políticos e organizações da sociedade civil. Segundo Lucília de Almeida Neves (2001, p. 172):

Dessa forma havia um projeto reformista agregado a objetivos socialistas defendido pelos comunistas. Também era possível identificar a forte atuação dos católicos definidos como progressistas [...] Também organizações como a União Nacional dos Estudantes e os sindicatos se envolveram em lutas dessa natureza, vinculando-se a projetos partidários específicos.

O partido que se enquadrava na construção de um projeto político e social orientado era o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que foi:

fundado em maio de 1945, por Getúlio Vargas, o PTB arregimentava os trabalhadores urbanos e os sindicalizados. A criação do PTB foi promovida pelo governo, através do Ministério do Trabalho e de seu poder sobre os sindicatos constituídos de acordo com a legislação do Estado Novo (BALDISSERA, 2003, p. 27).

O PTB tinha preocupações básicas relacionados com vários temas, dentre eles direitos trabalhistas, garantia de emprego, providência social ampla, entre outros. Porém, Getúlio Vargas criou também o Partido Social Democrático (PSD), que agregava a burguesia brasileira enquanto que o PTB era as massas trabalhadoras.

Para Marli Baldissera (2003, p. 28):

O PTB sempre esteve ligado à imagem de Vargas, o pai dos pobres, aquele que merecia toda a fidelidade da nação. Tal imagem, já se encontrava consolidada perante as classes trabalhadoras desde a criação do PTB, sendo um forte fator de aglutinação do proletariado.

No Rio Grande do Sul, o PTB estruturou-se melhor, conforme Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araujo:

era o partido hegemônico e esta seção regional era a mais importante de todo o país. Nem o PSD, nem a UDN conseguem se articular como forças significativas de situação ou oposição nesse Estado. A fonte desse poder era oriunda fundamentalmente da liderança e do controle que Vargas exercia sobre a política de seu Estado Natal (1989, p. 38).

Ou seja, o Rio Grande do Sul, desde a fundação do partido existiram tendências ideológicas e políticas contrárias que em certos momentos se confrontavam, e em outros se articulavam ao longo da história do PTB. Cabe destacar quais foram as três tendências principais do trabalhismo que estavam dentro do PTB seriam elas: os getulistas pragmáticos que tinham como referência o próprio Getúlio Vargas, os doutrinários trabalhistas de Alberto Pasqualini e os pragmáticos reformistas, tendo como maior representante João Goulart.

Brizola ingressou no PTB em 1945, fazendo parte do primeiro núcleo gaúcho do partido, onde adquiriu experiência política e ideológica. Elegeu-se deputado estadual em 1947, como representante da Ala Moça, prefeito de Porto Alegre em 1955 e governador do Estado do Rio Grande do Sul em 1958.

A atuação como prefeito de Porto Alegre favoreceu a sua eleição para governador do Estado em 1958, quando derrotou a Frente Democrática formada pelo Partido Social Democrático (PSD), pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Partido Libertador (PL).

Durante o seu governo na prefeitura de Porto Alegre, Brizola “privilegiou vilas e bairros pobres com moradias, escolas e calçamentos, mas não esqueceu a considerável classe média porto-alegrense com melhorias urbanísticas em geral” (FELIZARDO, 2003, p. 31). Por sua administração na prefeitura de Porto Alegre, candidatou-se a governador do estado, sendo então eleito em 1958.

A principal bandeira de Brizola enquanto governador era a educação. Ele construiu mais de seis mil escolas em todo o estado, a maioria, pequenos prédios de madeira, pré-fabricados “milhares de pequenos colégios, de tijolos ou de madeira (quase sempre de madeira, então material bastante barato) foram espalhados pelo território gaúcho”

(FELIZARDO, 2003, p. 27) e incentivou o movimento dos agricultores sem terra por todo o Estado, visando à reforma agrária.

Conforme Marli Baldissera “dois acontecimentos é que vão projetar Brizola no cenário nacional: sua atuação no episódio da Legalidade, em 1961, e a encampação de subsidiárias de empresas estrangeiras no Rio Grande do Sul, em 1962” (2003, p. 35).

Em 1955, Juscelino Kubitschek candidatou-se a presidente da República. Conforme Jorge Ferreira (2005, p.316), “Juscelino era visto como um “getulista” pelos udenistas e “esquerdistas” pela facção mais conservadora de seu próprio partido. Sua candidatura causou ainda mais polêmica ao oficializar a aliança com o PTB anunciando João Goulart, como candidato a seu vice-presidente”. Durante a campanha eleitoral, Juscelino popularizou o slogan *Cinquenta Anos em Cinco*, ou seja, seriam “cinquenta anos de progresso em cinco de governo” no seu mandato houve uma expansão da produção industrial.

Quando Brizola completava seu segundo ano de mandato, Jânio Quadros, da União Democrática Nacional (UDN) e João Goulart do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foram eleitos como presidente e vice-presidente respectivamente, substituindo Juscelino Kubitschek. O governo de Jânio Quadros foi marcado por um presidente pouco convencional. Como aborda Felizardo (2003), “tomou medidas folclóricas como proibir desfiles de misses na TV, biquínis na praia, rinhas de galo e corridas de cavalo”, entre outras atitudes.

Na política exterior Jânio Quadros adotou “um caminho de independência que apenas evidenciou suas contradições” (FELIZARDO, 2003, p. 20). Isso fez com que o vice-presidente João Goulart visitasse a China, além de condecorar Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Dessa forma o presidente afrontou o governo norte-americano que almejava invadir a Baía dos Porcos, em Cuba.

Este governo contraditório durou apenas sete meses. Em 24 de agosto de 1961 o então presidente Jânio Quadros renunciou à presidência do país. Conforme Felizardo (2003, p.21), “seu objetivo era ser reconduzido à presidência por pressão das massas populares e pela negativa do Congresso em aceitar sua renúncia”. No entanto para sua decepção a massa popular não se manifestou e o Congresso aceitou a sua renúncia.

O vice-presidente João Goulart encontrava-se na China quando soube da renúncia do então presidente Jânio Quadros. Começava em Cingapura o regresso do vice-presidente do país. Quando chegou à capital francesa se intensificaram os contatos com Brasília e Rio.

Enquanto isso, Leonel Brizola, procurou saber se Jânio Quadros havia renunciado ou se havia sido deposto por pressões militares. Caso ele tivesse sido deposto, a ideia era

convidá-lo para resistir em Porto Alegre. No entanto, o que ocorrera foi bem diferente. Com a ausência de João Goulart, que estava em viagem no exterior, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu o poder com a renúncia de Jânio.

De acordo com Jorge Ferreira (2011, p.340):

Embora sem comprovação empírica, tudo indica que Jânio Quadros planejou um golpe de Estado. Inicialmente, enviou o vice-presidente João Goulart à China, um país comunista e do outro lado do mundo, o que não teria sido casual. Em plena Guerra Fria, a visita à China prejudicaria a imagem de Goulart diante dos conservadores. Mais importante para os seus planos, até o vice-presidente conseguir voltar ao Brasil, muito tempo teria passado. Jânio contava com a reação militar à posse de Goulart, mas, sobretudo, pensava em grandes manifestações populares a seu favor.

Leonel Brizola sabendo da renúncia e do veto militar à posse do vice-presidente, sua primeira atitude foi “estabelecer contato com os generais de tropa, sem encontrar a menor receptividade” (2011, p. 327).

O apoio veio do marechal Henrique Teixeira Lott, reformado e com grande prestígio político. Ele distribuiu, na noite do dia 25, “um manifesto à Nação apoiando a posse de Goulart e convocando o povo a preservar a ordem legal e a Constituição” (2011, p.327). Em Porto Alegre, as autoridades do III Exército decretaram o fechamento de todas as emissoras que transmitiram o manifesto. Apenas a Rádio Guaíba continuou aberta porque não divulgou o documento.

A situação se tornava preocupante e crescia o clima de expectativa. “A movimentação na sede do Governo do Estado aumentava a cada hora e dezenas de pessoas se concentravam permanentemente em frente à Praça da Matriz” (BANDEIRA, 1979, p. 79). Com o apoio de alguns coronéis, que ocupavam postos-chaves no estado do Rio Grande do Sul, e mais o apoio de parte da população, que começou a protestar para que o vice-presidente assumisse, o governador deu início ao movimento conhecido com Campanha da Legalidade.

Jorge Ferreira (2011, p. 327), nos coloca que:

O precário dispositivo militar e o entusiasmo em Porto Alegre, no entanto, eram insuficientes para garantir a posse de Goulart. Para sustar o golpe, não bastava apenas mobilizar o Rio Grande do Sul, mas sim o restante do país. Era preciso, por amplos meios de comunicação, disseminar ideias, imagens e representações que atingissem a dignidade das pessoas, mobilizando-as, incitando-as a ações de rebeldia em grande escala.

A rádio Guaíba não havia sido fechada. Ela foi transferida para os porões do Palácio Piratini, onde foi criada a Cadeia Radiofônica da Legalidade, na qual Brizola discursava, pois, “sem o poder do microfone, o governador não teria conseguido sensibilizar os gaúchos e a divisão na caserna não teria aflorado como aflorou, levando grande parte dos generais do III Exército a se colocar ao lado da Constituição” (2004, p. 69). Brizola utilizou-se muito bem desse meio de comunicação para que a população aderisse ao movimento.

João Goulart chegou a Porto Alegre no dia 1º de setembro de 1961, e assumiu para governar com o parlamentarismo sendo seu primeiro-ministro Tancredo Neves. “Economicamente, o país atravessava um impasse sem reformas de base” (FELIZARDO, 2003, p.67). Para Moniz Bandeira (1979, p. 86):

Brizola não teve outra opção senão acatar a decisão. Mas logo iniciou intensa campanha contra o parlamentarismo, não porque se opusesse essencialmente a essa forma de governo e sim porque julgava sua implantação, dadas as condições, inconstitucional, uma manobra das correntes conservadoras do Congresso para usurpar o poder e impedir as reformas de base.

Em janeiro de 1963 realizou-se então o plebiscito em que João Goulart recuperou seus direitos políticos. Conforme Felizardo “o governo parecia imobilizado, suspenso em um duplo fio de navalha: de um lado as aspirações populares, de outro, a trama dos conservadores” (2003, p. 70).

Em 13 de março de 1964 ocorreu o Comício da Central do Brasil que somente veio agravar a situação. Para as esquerdas, “a notícia surgiu como uma vitória dos grupos reformistas que, desde a posse de Goulart, procuravam tê-lo como aliado nas mudanças econômicas e sociais” (FERREIRA, 2005, p.325). Para os grupos mais conservadores, o comício “atuou como um alerta, como uma senha que unificou grupos e propostas heterogêneas no sentido de romper com o jogo democrático” (FERREIRA, 2005, p.325).

O objetivo principal era realizar uma série de comícios semelhantes ao do Rio de Janeiro, em várias cidades, como em Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e São Paulo. O intuito era mobilizar a população contra o Congresso Nacional, obrigando os parlamentares a aprovarem a reformas de base.

Conforme Elenice Szatroski:

Dentre as reformas de base propostas por Jango estava a polêmica reforma agrária, pois interferiria na acumulação capitalista e nas relações de poder no campo. Já a reforma urbana visava a um controle dos aluguéis de imóveis e à possibilidade de os inquilinos comprarem os imóveis. Essa reforma também abalou as estruturas

das cidades, principalmente os proprietários de imóveis, que viam nesse tipo de transação econômica a sustentação de seu *status quo*. A classe média alta, detentora de inúmeros imóveis, sentisse ameaçada e não concordou com as possíveis perdas que poderia ter (2003, p. 91).

Brizola que havia sido eleito deputado federal pela Guanabara constituiu a Frente Parlamentar Democrática que aglutinava senadores e deputados a favor das reformas de base.

Segundo Ferreira (2005, p. 396) “é verdade que a conspiração avançava a passos largos desde que Goulart assumira o poder sem o parlamentarismo”, em abril de 1964. Jango deixou o Rio de Janeiro e seguiu para Brasília e na mesma noite viajou para Porto Alegre. Numa manobra os militares declararam vaga à presidência. Jango partiu para sua fazenda em São Borja, dois dias depois já estava exilado no Uruguai. Jango só voltara ao Brasil para ser enterrado em São Borja. Morreu no exílio, na cidade de Mercedes na Província de Corrientes na Argentina em 6 de dezembro de 1976.

Brizola ainda tentou resistir ao golpe na clandestinidade. Era um dos adversários políticos mais procurados pelo regime civil-militar. Exilou-se primeiramente em maio de 1964 no Uruguai, depois passou pelos Estados Unidos da América e por último em Lisboa. Retornou ao Brasil em 1979.

Em 1º de abril de 1964 iniciou-se um período de perseguições, prisões e expurgos que ficou “conhecido como a primeira operação limpeza” (RODEGHERO, 2007, p. 84). Em 9 de abril o Comando Supremo da Revolução editou um ato institucional que ficou conhecido como AI-1 que “dava amplos poderes ao Executivo, especialmente à Presidência da República; instaurava inquéritos policial-militares (IPMs), suspendia por seis meses garantias de vitaliciedade e estabilidade dos detentores de cargos públicos [...]” (RODEGHERO, 2007, p. 85).

Conforme Rodeghero (2007, p. 88):

no Rio Grande do Sul, os seguidores de Leonel Brizola, cujos nomes estiveram associados aos grupos de onze, foram perseguidos desde os primeiros momentos. Para melhor compreender tal organização e a repressão que se voltou contra esta, é preciso lembrar a grande popularidade de que Leonel Brizola gozava [...], a repressão estava relacionada tanto com o mandato de governador do estado e de seu envolvimento com a Campanha da Legalidade (1961).

Em outubro de 1965 foi baixado o Ato Institucional Número Dois ou AI-2 que segundo Carlos Fico:

o ato restabeleceu a possibilidade de suspensão de direitos políticos e de cassação de mandatos parlamentares; impôs a eleição indireta do presidente da República; deu

permissão para que ele decretasse o recesso do Congresso nacional e demais casas legislativas, extinguisse os partidos políticos e legislasse por decretos leis [...] (2004, p. 75).

Com a extinção dos partidos políticos foram criadas novas regras para formação das novas agremiações políticas onde a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi composta pelos partidos conservadores, enquanto o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) abrigou representantes do PTB, MTR e ARS.

Em 1968 foi decretado o AI-5 que “previa a suspensão do *habeas corpus* para os crimes políticos, o que tornava praticamente impossível qualquer tipo de crítica ao regime” (RODEGHERO, 2007, p. 95). Além desses decretos foram criados outros instrumentos contra a subversão

foi o caso da montagem do sistema CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações); do aperfeiçoamento dos órgãos de informação dos ministérios militares; do rigor na censura à imprensa; da promoção do regime através da propaganda e também das reformas na Justiça Militar (RODEGHERO, 2007, p. 95).

No ano de 1979, João Batista Figueiredo assumiu a Presidência da República, onde prosseguiu com a Lei de Anistia e com a Reforma Partidária. Com isso se restabeleceu o pluripartidarismo com a extinção da ARENA e do MDB e a volta dos exilados dentre eles Leonel de Moura Brizola.

III- LEONEL DE MOURA BRIZOLA: UM OLHAR SOBRE A SUA ATUAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DE RELATOS.

O quarto capítulo aborda o que se lembra de Leonel de Moura Brizola em São Sepé, em três momentos históricos distintos: durante a Campanha da Legalidade, pós-1964 e na sua volta do exílio em 1979. A partir de relatos de, relacionamos a sua atuação política com o contexto nacional, desde a Campanha da Legalidade uns dos pontos mais citados, passando pelo golpe civil-militar mostrando que São Sepé também teve algumas pessoas envolvidas nesse processo e por fim a sua volta do exílio.

Inicialmente percebemos que Brizola foi considerado uma grande liderança, podemos até mesmo dizer um herói para alguns de nossos entrevistados, tornando-se uma referência de homem a ser seguido. Isso fica claro nas palavras de Jarbas Moreira:

O Brizola tinha uma visão administrativa, de sentimento social, uma visão de estadista que estava muito a frente do seu tempo, esta figura que será um referencial para a nossa História, para o nosso futuro e para nossa própria juventude. O Dr. Brizola é uma figura assim com Abram Lincoln é para o mundo, será uma figura para o Brasil assim como Getúlio Vargas foi para o Brasil e como é o próprio João Goulart. Esses três vultos são heróis de uma mesma luta, é mártir o nome dessa causa (2012).

Questionado sobre o termo “estadista”, o senhor Jarbas Moreira nos explicou que “são aquelas pessoas iluminadas, que estão meio século a frente do seu tempo. Homens que olham para o futuro para fazer seus projetos de governo”. Seguindo o seu Jarbas “Brizola desta forma olhando para o futuro acreditava fortemente na educação e foi onde ele investiu”.

Durante a Campanha da Legalidade, Brizola passou a representar uma imagem, que foi difundindo-se ao longo dos dias. E assim tomou um sentido de grande líder para as pessoas como foi possível visualizar acima nas palavras do senhor Jarbas Moreira. Ele seria o grande salvador que colocaria a sua vida em risco para salvar o país das ameaças dos inimigos.

A filiação ao partido, no caso de Jarbas Moreira se deve à bandeira que esses líderes defenderam como o trabalhismo, o nacionalismo e o socialismo, ideias que foram fortemente defendidas por Getúlio Vargas, Jango e Brizola e que ainda hoje são defendidas por alguns partidos políticos.

Em 1958, quando Brizola candidatou-se a governador do Estado, ele esteve em São Sepé e região realizando comícios como foi relatado por nossos entrevistados. Rogério Vargas lembrou que:

Ele esteve em Restinga Sêca, nós fomos a Formigueiro porque meu pai fazia parte da executiva do partido e o Brizola iria encerrar o comício em São Sepé. Nós saímos daqui logo depois do meio-dia, a chegada do Brizola era prevista para seis horas da tarde em Formigueiro, mas ele chegou lá pelas dez da noite, fez um comício no clube, falaram os candidatos a deputado na região e depois saíram em direção a São Sepé, onde houve um comício muito grande na esquina do Peixoto que estava em construção, por volta da meia-noite, onde ele foi ovacionado pela população. Mas, perdeu a eleição em São Sepé, porque aqui havia um reduto conservador, com pouca margem, mas perdeu a eleição (VARGAS, 2012).

O senhor Crespiniano de Souza Aires relatou que:

Em 1958 trabalhou nas eleições para o Brizola, trouxe o meu irmão e um primo meu que tinha 18 anos para fazer o título eleitoral e qualificar. O Brizola veio num comício na Praça Saldanha Marinho em Santa Maria, nós estávamos lavrando com boi na lavoura e eu disse para os guris vamos largar os bois e vamos para o comício do Brizola (AIRES, 2012).

Nesses dois depoimentos, é possível perceber uma memória a um só tempo individual e compartilhada e que pode ser percebida entre indivíduos, considerados sujeitos do conhecimento e da ação política. Essa memória compartilhada dos entrevistados tem vínculos com o passado, com as experiências transmitidas e negociadas, experiências essas em que eles participaram como atores políticos naquele momento histórico.

Em se tratando do que se lembra do desempenho de Brizola, como prefeito de Porto Alegre em 1955, foi considerado, conforme relatou o senhor Jarbas Moreira,

um governo exemplar, o Brizola por sua visão de estadista, um homem que estava a frente de seu tempo ele sabia que tinha que construir uma trincheira de resistência contra a exploração internacional para conseguir a independência social, política e econômica do Brasil. Ele acreditava muito no rádio e como prefeito tinha um programa sexta-feira na rádio Farroupilha ali ele começou como um clarim despertando consciência, explicando causas e consequências (MOREIRA, 2012).

É possível perceber que novamente Brizola é considerado um estadista, um homem que possuía um carisma inquestionável que acabava por aglutinar seguidores, apesar de alguns dizerem-se brizolistas, mas em alguns momentos discordarem das suas decisões. Às vezes era um homem que não aceitava as ideias de outros, considerando a sua sempre em primeiro lugar, o que acabava por gerar conflitos. E desde cedo Brizola utilizou-se do rádio para aproximar-se da população que durante, a Campanha da Legalidade teve um papel muito importante. A imagem que se construiu de Brizola era de um homem que lutava contra o

imperialismo, era um “herói que capta em torno dele todos os fervores da esperança coletiva” (GIRARDET, 1987).

Conforme Baldissera (2003), Brizola tinha “uma grande capacidade de comunicação com as massas trabalhadoras, por falar uma linguagem simples e entendível pelo povo”. Para o nosso entrevistado, José Pires, “ele tinha um jeito de cativar o povo humilde que era grande parte do eleitorado”, o que mais tarde lhe favoreceu na adesão da população durante a Campanha da Legalidade, onde ele mobilizou o Rio Grande do Sul para que defendesse a Constituição.

O rádio foi um dos veículos de comunicação que aproximou Brizola e seus seguidores, quando era prefeito de Porto Alegre. Conforme relatou o senhor Jarbas Moreira “ele acreditava muito no rádio e como prefeito tinha um programa sexta-feira na rádio Farroupilha. Ali ele começou como um clarim despertando consciência, explicando causas e consequências”, ou seja, ele utilizou-se do rádio para conquistar as pessoas, e o fez principalmente durante a Campanha da Legalidade, que o ajudou a projetar-se nacionalmente. Mais tarde, em 1963, com a criação dos grupos de onze, Brizola novamente utilizou o rádio para fazer um chamamento para que a população aderisse aos grupos.

No plano nacional Jânio Quadros e João Goulart eram presidente e vice-presidente respectivamente eleitos em 1961 e Leonel de Moura Brizola era então governador do Estado do Rio Grande do Sul eleito em 1959. Em agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou à presidência da República e pela Constituição quem deveria assumir seria o vice-presidente neste caso Jango que neste momento encontrava-se na China.

Conforme Amaral (1986, p. 35), “Jânio era, assim, um líder popular, fora da esfera de influência do getulismo e do janguismo, muito embora a sua maneira de ser e de agir se distanciasse física e mental, do lacerdismo e do brigadeirismo”. Mas a União Democrática Nacional apostou e arriscou investir em Jânio Quadros para presidente. Durante o seu curto mandato “Jânio passou a se tornar uma afronta para a cúpula que o elegeu” (1986, p.36) então em agosto de 1961 renunciou a presidência da República.

Segundo a historiadora Janes (2007):

O relacionamento do vice com o presidente da República não era muito afinado, primeiro porque Jânio Quadros ajustava sua política econômica de acordo com as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, segundo, porque tinha escolhido para os ministérios militares pessoas do grupo antivarguista. No entanto, a perda do apoio político da UDN levou o presidente Jânio Quadros a reestruturar a economia, aprofundando a política externa independente e o apoio ao desenvolvimentismo. Essa mudança possibilitou uma aproximação entre o presidente e seu vice. Mesmo assim, apesar desse recente entrosamento, a renúncia

de Jânio Quadros pegou Jango de surpresa em sua visita à República Popular da China em 25 de agosto de 1961 (p. 16).

A notícia da renúncia do presidente surpreendeu a todos “o povo perde a noção de tudo que o cerca. À sua frente caminhos que se cruzam. Encruzilhadas ameaçam os caminhantes. A indecisão impera, provocando uma enorme inquietação” (AMARAL, 1986, p. 41). Essa inquietação não foi diferente no interior do Rio Grande do Sul. Em São Sepé nossos entrevistados relataram o clima de surpresa em que foram acometidos ao saber da notícia.

O senhor Rogério Vargas, que na época era estudante, relatou que:

estava internado no Colégio Santa Maria com 17 anos, junto com uma rapaziada de São Sepé. Nós fazíamos a lição de casa numa sala onde tinha um rádio e quando nós entramos para a sala já estava o Brizola conclamando a população a se incorporar a lutar, denunciando o golpe então ali eu fiquei sabendo e já gostava muito de política (VARGAS, 2012).

Para o senhor Odilon Vieira (2012), foi uma surpresa “ficamos sabendo pelo rádio e para nós foi um espanto, mas nunca imaginamos que iria eclodir a Legalidade”. Não foi diferente para o senhor José Maria Picada:

fiquei sabendo da renúncia pela imprensa, o governo já estava em Brasília, a renúncia do Jânio estourou como uma bomba ninguém esperava, ele fez um manifesto. Até hoje ninguém explica direito a renúncia dele, uns dizem que ele renunciou para voltar como ditador, outros acreditavam que era um ato intempestivo dele (PICADA, 2011).

Assim como o senhor Jacinto Correa relatou que:

A renúncia trouxe uma surpresa geral para o país, naquela época não existia televisão. Eram poucas as pessoas que tinham, mas nós ficamos sabendo pelo rádio, já vínhamos acompanhando pelo rádio as dificuldades que o Jânio Quadros vinha enfrentando porque ele vinha fazendo um governo interpeçoal, não tinha diálogo com os demais, então ele foi perdendo o apoio dos ministros e dos partidos. E minha opinião e de muitas pessoas, não sei se é verdade, mas dizem que ele pretendeu dar um golpe, ele renunciou com a intuição de ser reconduzido novamente e ficar como um ditador. O que ele queria era o poder absoluto, não queria compartilhar das decisões administrativas, então este foi o maior problema do Jânio (CORREA, 2012).

A surpresa não foi diferente para o senhor José Pires que morava na zona rural de São Sepé:

Essa notícia por rádio foi uma surpresa enorme muito mais para quem votou nele, nós não tínhamos muita comunicação e tudo parecia muito calmo. O Jânio com

umas ideias estranhas, algumas certas, outras causava surpresa em quem votou nele, mas, aquela renúncia foi uma surpresa enorme para partidários e para adversários (PIRES, 2012).

Percebemos nesses depoimentos acima a importância do rádio como meio de comunicação para o período. Embora nem todos tivessem rádio, as informações circulavam, pois aqueles que tinham compartilhavam com os demais. Ouvir o rádio era comum num universo de pessoas simples e sem acesso a outro meio de comunicação. O rádio tornou-se assim um meio de comunicação que durante a Campanha da Legalidade acabou aproximando as pessoas dos acontecimentos. E era a forma como se ficava sabendo do andamento da crise que acabou gerando um suspense no ar.

Há um clima de espera porque não se sabia o que poderia vir a acontecer, e neste período os meios de comunicação eram precários, a maioria da população não tinha televisão, eram poucos os jornais. Restava aguardar as notícias pelo rádio e aos poucos as pessoas iam se comunicando e trocando informações.

Conforme Jorge Ferreira (2005, p. 8) “a mobilização popular pela posse de João Goulart aproximou até mesmo inimigos e adversários”. Em São Sepé, houve uma aproximação entre os partidos adversários, o PL a maior oposição ao PTB naquele momento.

O entendimento de alguns que eram simpatizantes de Brizola era de apoio ao movimento, pois ele tinha uma retórica convincente, de modo que ele teve o poder de aglutinar até mesmo seus adversários políticos, sem falar no clima de tensão que havia se instalado, as pessoas aguardavam a qualquer momento a deflagração de uma guerra.

A movimentação não fez parte apenas de Porto Alegre, mas sim de várias cidades do interior do Estado, dentre elas Santa Maria, Pelotas, Soledade, São Leopoldo entre outras. Era necessário “por amplos meios de comunicação, disseminar ideias, imagens e representações que atingissem a dignidade das pessoas, incitando-as e mobilizando-as a ações e atitudes de rebeldia em grande escala” (FERREIRA, 2005, p. 6). Criou-se então a Cadeia Radiofônica da Legalidade onde a Rádio Guaíba teve seus microfones transferidos para o Palácio Piratini, já que as outras rádios como a Farroupilha, Difusora e Capital foram fechadas por transmitirem o manifesto de Brizola.

Segundo Jorge Ferreira “os clamores de Brizola para que a população reagisse e defendesse a posse de Goulart encontraram imediata adesão e entusiasmo” (2005, p. 6). A população não ousou e aderiu aos apelos de Brizola que utilizou-se do rádio para fazer o chamamento a população. Conforme o senhor Odilon Vieira relatou:

Durante a Campanha da Legalidade, o Brizola instalou no porão do Palácio Piratini a rádio e começou a transmitir a sua mensagem. Eu me lembro que o pessoal esperava com ansiedade o encontro com ele. Ele sabia dar conotação as palavras de forma que cativava. Então ele criava uma imagem do que queria dizer e isso era o que mais contagiava na Campanha da Legalidade, que não durou muito tempo para infelicidade nossa porque a toda hora havia uma possibilidade de uma guerrilha (VIEIRA, 2012).

Segundo Chaïm Perelman (2005, p.50), “cumprir observar que querer convencer alguém implica sempre certa modéstia da parte de quem argumenta o que ele diz não constitui uma palavra do Evangelho”, ou seja, é necessário que a autoridade saiba persuadir, pensar nos argumentos para convencer seu público e Brizola neste aspecto tinha uma retórica muito bem elaborada para convencer seus seguidores. Ele criava uma imagem, e possuía uma linguagem simples que era capaz de convencer e aglutinar pessoas naquele momento. O que ele defendia muitas vezes vinha ao encontro dos anseios da população.

O senhor Odilon Vieira relatou que:

O Brizola que era muito destemido, audacioso, “caudilhesco” talvez tenha sido isso, tinha o poder de calvanizar a opinião de muitos embora tivesse muitas rivalidades principalmente da classe mais dominante, isso fazia parte da sua personalidade. Mas o maior defeito dele era ser brizolista demais, mas um homem de uma visão muito grande. A sua maior preocupação era com a educação e contra os poderosos econômicos. Ele não admitia que a riqueza que se concentrasse nas mãos de tão poucos e do outro lado tivesse uma legião tão grande de necessitados. Ele semeou por todo o Rio Grande do Sul, quando era governador, as brizoletas, umas escolinhas normais para o ensino fundamental (VIEIRA, 2012).

Cumprir observar que as qualidades dirigidas a Brizola durante a Campanha da Legalidade são sempre de um herói, que defendeu os direitos constitucionais bravamente sem medo de morrer. Na definição do senhor Odilon Vieira o termo caudilhesco, “é aquele líder que tem o poder de causar fascínio em seus seguidores, que tem carisma” que tem o poder de conquistar seus seguidores através da oratória. Percebemos também que se faz presente novamente a ideia de um homem que pensava no futuro, que tinha preocupações com a educação, tinha ideias nacionalistas, ideias estas que sempre o acompanharam.

Para Chaïm Perelman (2005, p. 56) “é comum acontecer que o orador tenha de persuadir um auditório heterogêneo, reunindo pessoas diferenciadas pelo caráter, vínculos ou funções. Ele deverá utilizar argumentos múltiplos para conquistar os diversos elementos de seu auditório”. Nas palavras de Odilon Vieira percebemos que Brizola utilizava-se do poder de persuasão para convencer a população, não só dos seus seguidores, mas também de simpatizantes. Havia uma legitimidade que era conseguido, pelo carisma de Brizola que é compreensível nas palavras de Max Weber (1980, p. XXII):

A dominação carismática é um tipo de apelo que se opõe às bases da legitimidade da ordem estabelecida e institucionalizada. O líder carismático, em certo sentido, é sempre revolucionário, na medida em que se coloca em oposição consciente a algum aspecto estabelecido da sociedade em que atua. Para que se estabeleça uma autoridade desse tipo, é necessário que o apelo do líder seja considerado como legítimo pelos seus seguidores, os quais estabelecem com ele uma lealdade do tipo pessoal.

Em Porto Alegre, as atitudes da população foram inúmeras, legitimando dessa forma o discurso de Brizola, pois grande parte da população fez doações de carros, caminhões ou motocicletas para formarem a frota da legalidade, assim como os batalhões de operários juntamente com a população, também se mobilizaram na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini. Lado a lado, populares e soldados da Brigada Militar colaboravam na defesa do Palácio. A Praça da Matriz, em Porto Alegre tornou-se o centro, o espaço sagrado “porque nada pode começar, nada se pode fazer, sem uma orientação prévia e toda orientação implica a aquisição de um ponto fixo” (ELIADE, 1992, p. 28). A orientação vinha de Brizola o grande líder do movimento que estabeleceu na Praça da Matriz um ponto fixo, onde aqueles que apoiavam o movimento se reuniam para ouvir as ordens do líder.

Brizola, com seus discursos inflamados, chamava a população para que reagisse e defendesse a posse de João Goulart. Era considerado um dos personagens centrais nos episódios da crise de 1961, na qual, tornou-se uma personalidade emblemática. Ao fazer sua escolha contra os poderosos, a sua imagem foi a do grande líder. Segundo Ferreira:

Foi o governador Leonel Brizola que estabeleceu imagens e representações que traduziram anseios, impulsos, adesões e entusiasmos coletivos. Ao exprimir uma visão coerente e completa do legendário, elevado ao patamar de Homem providencial, Guia, Salvador e particularmente, Herói – mas não o herói da normalidade e, sim o da exceção (2005, p.294).

Com toda essa situação de desordem:

Difundiram-se imagens que contrapunham o cosmos, um mundo inteligível e organizado – ‘o nosso mundo’ – ao caos, um lugar exterior, desconhecido e indeterminado, uma espécie de ‘outro mundo’ confuso e destituído de sentido. O Rio Grande do Sul era representado, sobretudo como o ‘verdadeiro mundo’, porque surgia como um cosmos que se queria organizado. (FERREIRA, 2005, p.301).

Conforme Mircea Eliade (1992, p. 108), “todo microcosmo, toda região habitada, tem o que poderíamos chamar um ‘centro’, ou seja, um lugar sagrado por excelência”.

Percebemos que o Rio Grande do Sul tornou-se um local sagrado e a Praça da Matriz no centro de Porto Alegre o ponto fixo, ou seja, “o ponto central a partir do qual o cosmo se estruturava e se contrapunha ao caos”.

Em São Sepé também teve mobilização por parte da população, como foi relatado por nossos entrevistados. Segundo o senhor Jacinto Correa:

A Legalidade então surgiu não de um partido, mas de uma força natural, pela defesa da Constituição. São Sepé teve uma participação maciça e Caçapava do Sul também, quando tinha evento sobre a Legalidade em Caçapava do Sul o pessoal de São Sepé participava, da mesma forma que os caçapavanos também vinham até São Sepé. Realmente foi um movimento bem intenso, o Brizola liderava através do rádio (CORREA, 2012).

O senhor José Maria Picada lembrou que:

Em 1961 com o movimento da legalidade nós formamos reuniões no antigo teatro velho onde hoje é o Centro Cultural, lá foi aberto um livro de inscrição para quem quisesse participar do movimento e inclusive pegar em armas se fosse possível, eu sei que assinaram mais de cem pessoas dentre eles eu também assinei, mas esse livro lamentavelmente desapareceu (PICADA, 2011).

As reuniões, no antigo Teatro Velho, em São Sepé, reuniam várias lideranças do município que estavam engajadas no movimento legalista, conforme veremos a seguir:

Discursava todas as noites a Dona Maria Simões que era professora. Um adversário político nosso, era agente de estatística em São Sepé o Jacob. Independente do Afif, do Luis Fernando Freitas, o Natalício Pontes, o meu pai e outros oradores de outros partidos o professor Jacinto, o próprio prefeito Túlio participou algumas vezes. Todas as noites já havia uma convocação e aquilo ali perdeu mais ou menos por uma semana, cessaram todas as atividades, não tinha aula nos colégios até que chegaram naquela condição conciliadora de implantar o parlamentarismo e foi uma decepção muito grande, porque nós estávamos embalados para fazer uma revolução e de repente o Jango concorda em assumir e depois teve o plebiscito onde a maioria esmagadora devolveu ao presidente os seus direitos para exercer a presidência da República (VARGAS, 2012).

Esses relatos acima nos revelam como foram aqueles dias que se seguiram até a posse de Jango. Em São Sepé, apesar de ser uma cidade pequena, o que percebemos é que as rotinas das pessoas foram alteradas nestes dias. Havia um clima de espera e após a posse de Jango uma decepção, o clima que havia se criada era de um confronto que a qualquer momento poderia eclodir, era a revolução que mudaria os rumos do país. As ideias difundidas por Brizola até a definição pelo parlamentarismo criou a ideia de uma mudança que seria feita com a ajuda da população que o apoiava.

Novamente o rádio se faz presente nos discursos proferidos por nossos entrevistados, porque foi dessa forma que Brizola mobilizou a população, e esclareceu os acontecimentos, mas de repente com a aceitação de Jango, tiveram que calar os seus atos de defesa. Pois, com os chamamentos de Brizola no rádio, criou-se um clima em que a qualquer momento ocorreria uma guerrilha, estes alistamentos eram compostos por homens que iriam defender a Constituição.

Esse movimento de mobilização, que ocorreu no antigo teatro em São Sepé, faz parte da memória compartilhada dos entrevistados e como salientou Santos:

nós somos tudo aquilo que lembramos; nós somos a memória que temos. A memória não é só pensamento, imaginação e construção social, ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente (2003, p. 26).

Essas lembranças de nossos entrevistados são experiências de vida transformadas em memórias compartilhadas e isso é o que eles lembram deste momento histórico, o que está intimamente ligado às suas histórias de vida.

Para Baldissera (2003), “apesar de não ter atingido completamente seu objetivo, o episódio da Legalidade - que era João Goulart assumir a presidência no regime presidencialista - mostrou a força do povo organizado e projetou nacionalmente Brizola como líder popular” (p. 39). O regime parlamentarista impediu que Jango exercesse seus poderes. Paulo Schilling (1979, p. 226), mostra que “a crise havia produzido e projetado nacionalmente um líder popular. Brizola emergiu do episódio como o grande líder nacional”. No Rio Grande do Sul, passou a ser considerado um herói.

Raoul Girardet (1987), propõe em seu livro quatro modelos de heróis. Após analisar o papel desempenhado por Brizola na Campanha da Legalidade e os relatos de nossos entrevistados sobre o que lembram do mesmo podemos dizer que Brizola se encaixa no modelo de Moisés ou o Arquétipo do Profeta. Anunciador dos tempos por vir, ele lê na história aquilo que os outros ainda não veem. Ele próprio conduzido por uma espécie de impulso sagrado, guia seu povo pelos caminhos do futuro.

Seguindo Girardet (1987), o herói é um orador de caráter quase sagrado, é em primeiro lugar pelo verbo que agem, é pela palavra que pretendem decidir o curso da história. É pelo poder específico do verbo que se opera, com efeito, essa estranha comunhão que faz com que, dirigindo-se o chefe político á multidão, seja igualmente a multidão que se exprima nele, com

ele. Em se tratando de oratória Brizola se encaixa perfeitamente como já discutimos acima a respeito deste assunto, pois ele possuía um carisma exuberante frente à população.

Conforme Girardet (1987), o homem providencial aparece sempre como um lutador, um combatente. Sempre ameaçado, sempre resistindo à beira do precipício, recusa submeter-se ao destino. É na manifestação do presente imediato que ele se afirma e se define; com ele graças a ele, o depois não será mais como antes.

Segundo Girardet (1987), esse homem provincial sempre surge em momento de legitimidade, de desequilíbrio, de incerteza ou conflito que exigem a intervenção do herói salvador. O que percebemos segundo os nossos relatos é que Brizola tornou-se o herói da Legalidade por surgir num momento de crise política, de conflito, no qual ele liderou o movimento para a validação da Constituição. Essa relação de Brizola com a população supôs uma certa forma de engajamento ou de disponibilidade pessoal, de respeito, de confiança de obediência voluntária que o líder manteve através do carisma e da retórica. O líder se impõe pelo poder da recusa e do questionamento, como fez Brizola recusando qualquer alternativa que não fosse a posse de Jango.

O desfecho que se deu depois da Campanha da Legalidade não podemos negar que foi bem diferente do que se esperava e que os olhares para Brizola por parte da oposição foi bem maior, o fato dele ter mobilizado a população foi possível perceber o poder de seu carisma e da sua oratória podia influenciar as pessoas e o perigo que talvez isso causasse. O episódio da Legalidade projetou-o nacionalmente como um grande líder, que resistiu as forças que queriam derrubar Jango.

Em 1962, Brizola foi eleito governador pelo Estado da Guanabara, onde prosseguiu com sua política anti-imperialista, e pelas reformas de base que também eram pregadas por Jango.

Porém, algumas reformas enfrentavam certa resistência pelas camadas mais conservadoras, então seria necessário contar com o apoio popular para realizar alianças no Congresso para poder implantar as reformas. Brizola surgiu “nesse momento como grande liderança popular nacionalista e de esquerda, pressionando Goulart para agilizar as reformas prometidas, sobretudo a agrária” (FERREIRA, 2011, p. 354).

Brizola, com suas atitudes ousadas durante o seu governo no Rio Grande do Sul, e com a Campanha da Legalidade se tornou uma liderança. “Seu prestígio político no campo das esquerdas, nesse momento, era imenso, passando inclusive a rivalizar com o próprio presidente da República no campo popular, nacionalista e de esquerda” (FERREIRA, 2011, p. 355).

Brizola passou a significar o que de mais esquerda havia no trabalhismo brasileiro, unificando grupos heterogêneos e muitas vezes divergentes. Surgiu sob sua liderança em 1963, a Frente de Mobilização Popular – FMP. Ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. Faziam parte da FMP “os estudantes da UNE; os operários urbanos; os subalternos das Forças Armadas; facções das ligas camponesas” (FERREIRA, 2011, p. 355).

De acordo com Baldissera (2003),

Com a FMP, Brizola torna-se uma figura central para o petebismo, sendo o líder mais proeminente da esquerda radical. Promovendo uma campanha nacional pelas Reformas de Base, a FMP adquiriu a Rádio Mayrink Veiga, na Guanabara, na qual Brizola fazia suas pregações todas as noites. A Mayrink Veiga se somavam várias outras estações que cobriam quase todo o país (p. 49).

Baldissera, salienta ainda a criação pela FMP em fevereiro de 1964, de um “semanário chamado “O Panfleto”. Esse jornal, do qual foram publicados apenas sete números, se caracterizaria como um porta voz da ala esquerda do PTB, servindo de veículo para a divulgação das ideias de Brizola” (2003, p. 49).

Esses grupos passaram a pressionar o presidente para que realizasse as reformas de base, porém o parlamentarismo impedia Jango de realizá-las. Diante disso, os grupos conservadores, as esquerdas e o empresariado e o próprio presidente passaram a exigir a antecipação do plebiscito que haveria só em 1965. “A experiência parlamentarista foi se mostrando um fracasso. Foram três quedas de gabinete e tentativas frustradas de pôr em prática um plano econômico-social” (KUHN, 2004, p. 91). Uma ampla propaganda foi difundida pela implantação das reformas de base e pelo plebiscito. Em 6 de janeiro de 1963, a população foi às urnas manifestar-se sobre as formas de governo. Goulart saiu vitorioso, a população aprovou o retorno ao presidencialismo.

Em meio a isso tudo, Brizola criou no final de 1963 os Grupos de Onze, para fazer pressão sobre o Governo Goulart, na tentativa que as reformas de base fossem aprovadas. Os grupos conservadores, contrários ao governo de João Goulart, havia um risco iminente de que o comunismo se instalaria no Brasil e os Grupos de Onze foram vistos como uma ameaça. Com isso, os Grupos foram alvos constantes, pois os militares consideravam estes indivíduos mobilizados comunistas e perseguiram os mesmos por fazerem parte de autênticas células prontas para instalar o comunismo. Assim, criou-se um efeito de sentido bastante negativo em torno destes grupos, gerando perseguições e muitas prisões.

Brizola utilizou-se do rádio, assim como fez na Campanha da Legalidade, para chamar a população na formação desses grupos. Conforme Marli Baldissera (2003, p.12): “a ampla divulgação dos grupos de onze através de uma cadeia de rádio, atingindo milhares de pessoas, contribuiu decisivamente para a repercussão política que obtiveram”. A mesma autora ainda destaca que a formação desses grupos não agradou aos militares, agravando ainda mais a aversão que tinham ao governo de Goulart. Eram consideradas subversivas as pregações de Brizola e, por conseguinte, a formação dos grupos era visto como um crime contra a segurança nacional.

O senhor Crespino de Souza Aires (2012), relatou que “tinha assinado os grupos de onze e com o golpe militar em 1964 algumas pessoas foram atingidas em São Sepé, eu não fui não sei como, mas o Peixoto, o Dr. Afif, o Dr. Leôncio tiveram preso e o Peixoto dizia eu sou brizolista”. Mesmo preso as pessoas não negavam a sua escolha política, por terem em Brizola um grande líder que lutava ao lado dos grupos menos favorecidos.

Conforme Marli Baldissera (2003, p.58) “para Brizola, os grupos de onze deveriam ser grupos de pressão sobre o presidente, sobre o Congresso e sobre a sociedade em geral para a realização das Reformas de Base”. Elenice Szastroski (2003, p.103) compreende que “os grupos, além do potencial guerrilheiro, desempenhariam o papel de conscientizadores políticos de um processo revolucionário”. A criação dos grupos e, mais tarde, em março do ano seguinte, o comício da Central do Brasil seriam os dois fatores agravantes para o golpe de 1964.

Apesar das mobilizações nas ruas, a comissão parlamentar recusou o projeto de reforma agrária do PTB, as consequências da derrota foram decisivas para os rumos políticos do país. No campo político internacional havia a Revolução Cubana e internamente a mobilização das esquerdas frente à crise político-econômica aumentavam a mobilização direitista. Cuba significava um mau exemplo que o Brasil poderia seguir.

O clima de Guerra Fria influenciou diretamente os acontecimentos no Brasil, contribuindo para agravar a crise política que o país estava passando. Segundo Maria Celina D’Araújo:

A conspiração se dava em meio ao clima de Guerra Fria e que expressava, portanto, o pânico acerca de uma maior participação popular, o temor em relação ao avanço e a expectativa de que a esquerdização seria um processo crescente e sem volta, caso uma intervenção rápida e eficaz não fosse efetuada (1994, p. 53).

Dessa forma, criou-se uma guerra psicológica “uma grande campanha anticomunista é desfechada pelas organizações de direita e pelos militares, alarmando a população com a “guerra revolucionária” que estaria em curso no Brasil” (BALDISSERA, 2003, p. 54).

Percebemos que havia um sentido ideológico criado em torno de Jango e seus aliados. O fato do mesmo estar na China quando Jânio renuncia foi um motivo de alerta, para que se evitasse a posse de Jango. O fato dele ter sido Ministro do Trabalho no governo de Vargas e possuir ligações com as esquerdas que Jango passou a ser visto como um simpatizante do comunismo, o que levou as fortes conspirações que desencadeou no Golpe em 1964. Conforme relatou Odilon Vieira (2012):

As forças contrárias principalmente a UDN, comandada por Carlos Lacerda e outros políticos do centro do país como Magalhães Pinto, diziam que o Jango não podia assumir porque era comunista. Tanto prova que estava na China. Uma China comunista então começa a se formar no país, um movimento contrário, inclusive apoiado por certos segmentos da Igreja Católica prova que esta Marcha da Família com Deus em São Paulo e Rio de Janeiro contra o comunismo diziam até que era um absurdo, pois os comunistas comiam criancinhas, vejamos que absurdo.

No início de 1964, o clima se tornaria ainda mais tenso com o anúncio da realização de um comício no dia 13 de março na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. O anúncio do comício mobilizou o movimento sindical e as esquerdas, mas também acirrou os ânimos da direita. Conforme Jorge Ferreira “uma classe social poderosa mobilizou-se contra as reformas de Goulart: os capitalistas” (2011, p. 382). Seguindo Ferreira “o Estado-Maior das Forças Armadas tornou-se o centro da conspiração, enquanto seu chefe, o general Castelo Branco, assumiu a liderança do movimento sedicioso” (2011, p. 383).

O comício representou para os militares a fraqueza do governo de Jango. Significava a luta pela reforma de bases. A população depositava em Jango a esperança da realização das reformas, era considerado um homem nacionalista, conforme relatou Jarbas Moreira:

Jango tinha um pensamento popular e nacionalista, não era bem visto pelas forças conservadoras da época, pelo seu sentimento nacionalista, era um homem voltado para os deserdados, para os despossuídos. Tinha um compromisso político e moral com a sociedade brasileira, com essa massa que vivia a margem da sociedade de fazer as reformas de base que até hoje ainda não foram feitas a reforma urbana, educacional, política, bancária e a reforma agrária que era um compromisso do Jango e do Brizola. O grande comício das reformas foi o estopim para darem golpe na nossa democracia e destituírem um governo essencialmente democrático (2012).

Para este comício, compareceram mais de 200 mil pessoas, conforme Cláudio Braun no “comício das Reformas realizado na Guanabara com o objetivo de “demonstrar o apoio popular às Reformas e ao governo”, é que Jango começa a mostrar a sua opção pela ala radical” (2006, p. 72). A ideia era que vários comícios acontecessem em diferentes partes do país. Em contrapartida os partidos de direita alguns dias depois realizam a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que reuniu em torno de 500 mil pessoas. “Os discursos contra Goulart foram à tônica do comício que se seguiu” (FERREIRA, 2011, p. 386).

Nos dias que se seguiram, Goulart levava a frente às estratégias adotadas para implementar as reformas de base. Conforme Carlos Fico, “a linha dura começou como simples grupo de pressão e, gradualmente, impôs a tese de que era inevitável um endurecimento do regime” (2004, p. 76). Os militares sentiram necessidade de reprimir qualquer movimento que fosse contrário ao pensamento tradicional, e os grupos de onze passaram a ser monitorados.

Com o golpe civil-militar algumas medidas foram tomadas para impedir que os grupos de esquerda se organizassem. São Sepé era um município pequeno, mas o cenário político era bem acirrado nesse momento histórico e os apoiadores de Jango e Brizola passaram a ser denunciados e até mesmo perseguidos conforme relembra Odilon Vieira (2012),

a partir dali nós sabíamos que as liberdades acabariam e que a perseguição seria muito grande e não foi por menos, as perseguições começaram por vezes por insinuações, por vezes até com ofensas morais, mas quem esta derrotado baixa a bola, se aquieta e espera a volta.

Conforme Wasserman (2010),

O golpe de 1964 foi desferido supostamente contra o comunismo. Mas, além dos comunistas, alvos dos Estados Unidos e dos seus aliados no contexto da Guerra Fria, o golpe também foi desferido contra o governo de João Goulart e contra os políticos que defendiam o projeto nacionalista, como o ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, cujo apoio a Francisco Julião, fundador das Ligas Camponesas, era visto como inadmissível pelas forças conservadoras (p. 53).

Ildo Meneghetti era o governador do Rio Grande do Sul em 1964, apoiado por uma sigla que contava com todos os partidos conservadores do Estado, a Ação Democrática Popular (ADP) e conspirou para derrubar João Goulart da presidência da República. No final de 1963, em dezembro o governador “posicionou publicamente através de um manifesto,

onde alertava para os riscos da comunização do país, pela fragilização do quadro político e a conivência de Jango com os comunistas” (2010, p. 55).

Segundo Wasserman,

no início do ano de 1964, a situação do Rio Grande do Sul era tão tensa quanto a conjuntura do restante do país, com o agravante da existência de uma bancada parlamentar pró-Jango bastante significativa no estado, o que representava críticas contundentes a cada ato repressivo do governo estadual. Denúncias da iminência de golpe contra o governo Goulart, por exemplo, foram constantes neste começo de 1964 e partiam do próprio governo do estado (2010, p. 57).

No dia 1º de abril de 1964, o governador do estado transferiu a capital do estado para Passo Fundo, pois tinha receio que os seguidores de Jango se manifestassem em favor do presidente e pela deposição de Ildo Meneghetti. “Três dias mais tarde, quando foi anunciado o exílio de Jango no Uruguai, Meneghetti voltou para Porto Alegre, escoltado por uma força combinada da 3ª Divisão de Infantaria do Exército, de Santa Maria, e por tropas da Brigada Militar” (2010, p.60).

Em São Sepé alguns depoentes acreditavam na força de Jango e Brizola para expulsar os militares. Mas diante da renúncia de Jango e do seu exílio no Uruguai, a população que apoiava foi tomada por um sentimento de decepção como é possível observar nas palavras de Odilon Vieira (2012),

Sentimento profundo de angústia e de tristeza, porque alimentei a esperança de que Brizola e Jango unidos no Rio Grande do Sul poderiam formar uma força capaz de resistir e não renunciar, mas infelizmente não foi possível. O primeiro momento foi uma tristeza muito grande, mas passados os tempos, analisando em alguns aspectos, achei que foi a melhor coisa que poderia ter sido feita para não correr sangue, pois nós não queríamos de jeito nenhum que o sangue corresse entre irmãos. Queríamos que as coisas fossem resolvidas através do diálogo, através da parlamentação, da conversa, mas quando não foi possível nós nos quedamos para esperar o melhor momento, se for possível retomarmos a democracia.

Alguns militantes perceberam que seriam reprimidos qualquer ato contra o governo, iniciando por perseguições, denúncias morais e ofensas por parte daqueles que se sentiam vitoriosos. Em São Sepé, de fato houve perseguições como foi relatado no livro *Diga-se de passagem (Fragmentos de Memórias)* de Afif Jorge Simões Pires foi lançado em 1987, uma obra póstuma.

Afif era professor e advogado. Foi preso durante a ditadura, sua esposa Olga Pires relatou para Vanderlei Giuliani em seu trabalho de conclusão de curso que:

Muita gente foi presa aqui em São Sepé, a prisão do Afif foi a coisa mais dolorosa. Meu irmão nessa época era Inspetor de Polícia nessa cidade e se empenhou em defender os sepeenses das calúnias de serem acusados de comunistas, principalmente o Afif que estaria fazendo treinamento de guerrilha no seu sítio. Essa acusação ocorreu porque um empregado que cuidava do sítio do Afif embriagou-se e resolveu dar uns tiros numas avestruzes, segundo relato do próprio. O Afif era uma pessoa maravilhosa que não sabia nem pegar numa arma, com sua prisão ele adoeceu, ficou depressivo, ficou num estado de nervos que era coisa mais horrível, ele ficou muito triste. (apud GIULIANI, 2010, p.30).

Juntamente com o professor Afif foram presos onze pessoas por suspeitas de comunismo entre eles profissionais liberais, comerciantes, mecânicos, agricultores, o que nos faz pensar que poderiam ter sido confundidos com Os grupos de onze. Os onze presos foram encaminhados para São Gabriel, num caminhão do Exército “um agricultor amigo dizia ignorar também os motivos de sua prisão” alguns talvez soubessem o motivo “teriam dado cobertura no município ao chamado movimento sem-terra, considerado subversivo pela nova situação” (SIMÕES FILHO, 1987, p. 75).

Simões Filho relata em seu livro que antes de embarcar,

tentei explicar ao major que eu não era comunista, mas trabalhista. Ele me respondeu aquela altura da situação tudo significava a mesma coisa. Como eu insistisse em dizer que era trabalhista, fazendo praça de minhas convicções, retrucou-me irritado, pedindo-me que não repetisse mais aquela palavra, sob pena de mudar-me de destino e encaminhar-me para o DOPS. Desarmado e indefeso, silencieei! (SIMÕES FILHO, 1987, p.87).

Na citação acima é possível perceber que ser trabalhista era sinônimo de comunista afinal Brizola trazia esta marca de ser trabalhista. Naquele momento era uma das pessoas mais procuradas pelos militares para ser preso. Quem fosse aliado também seria preso. No entanto, Simões Filho e seu amigo agricultor foram interrogados e liberados, os delatores como escreveu “entre os delatores mais credenciados perante o Exército havia um militar reformado há anos como cego e que era motorista de táxi. Como se vê, pessoa autorizada para combater a corrupção” (1987, p. 88). E Afif acrescenta ainda “os delatores em São Sepé a gente os conhecia, embora procurassem, como é natural, dissimular sua atuação” (1987, p. 88).

Conforme o historiador Jorge Ferreira,

A queda de Goulart foi seguida pelo declínio político dos trabalhistas, com vários parlamentares cassados e, mais tarde com a própria extinção do partido, bem como pela grande repressão ao movimento sindical, com intervenções em diversas

entidades, prisões e cerceamento das liberdades básicas, como o direito de greve (2011, p. 400).

Com o golpe civil-militar, os partidos políticos num primeiro momento não foram extintos, os militares mantiveram o funcionamento do Congresso, do Judiciário e a Constituição de 1946. Segundo Maria do Socorro Sousa Braga (2009, p. 04),

Os partidos somente seriam extintos em 1965, após uma crise política iniciada depois das eleições de governador, o que resultou na decretação do AI-2 (27/10/1965). Com o AC-4 (20/11/1965) determinava-se a criação de partidos cuja exigência crucial era o apoio de 1/3 dos senadores e 1/3 dos deputados. Configurou-se, assim, o sistema bipartidário compulsório com as formações partidárias da Arena e MDB agregando parlamentares oriundos dos partidos do antigo regime.

Então foram criados o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) partido criado pelos militares para abrigar os opositores à ditadura e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) que estava ao lado do governo. Para Dione Kuhn “sob o guarda-chuva do MDB estiveram parlamentares combativos até políticos que por conveniência eleitoral nele decidiram se instalar” (2004, p. 117).

Brizola ficou exilado por 15 anos, João Goulart morreu no exílio em 1976. Não cabe aqui tratarmos do exílio desses dois personagens. Porque fugiríamos do propósito da monografia. Fica uma sugestão de um tema a ser pesquisado em outro trabalho.

Quando Brizola retorna do exílio em 1979 com a Lei de Anistia, havia dois partidos a Arena e o MDB. Em 1980 volta o pluripartidarismo. Segundo Trajano Sento-Sé,

após a retomada do sistema pluripartidário, surgem inicialmente, seis partidos, dos quais cinco se manteriam atuantes: PMDB, PDS, PTB, PDT e PT. Herdeiro do MDB, a cuja sigla acrescentou apenas o P, exigido pela nova legislação, o PMDB buscou enfatizar a marca que construíra ao longo da década de 1970, sobretudo após as eleições legislativas de 1974: a de oposição ao regime militar (2002, p. 87).

Ivete Vargas, uma sobrinha distante de Getúlio Vargas, havia reivindicado o registro da sigla do PTB que lhe foi concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Brizola criou então o PDT (Partido Trabalhista Brasileiro). Trajano Sento-Sé coloca que:

Rigorosamente, o PDT só surge como partido quando fracassam todos os esforços de composição entre as duas lideranças inconciliáveis que disputavam o legado do trabalhismo brasileiro e Brizola perde a batalha jurídica pela legenda do PTB para Ivete Vargas. Vista retrospectivamente, a derrota jurídica não equivaleu a uma derrota simbólica. Mesmo à ocasião diversas lideranças de outros partidos

reconhecem Brizola como detentor legítimo do legado tão acirradamente disputado pelos antigos trabalhistas (2002, p. 89).

Em 1982, Brizola elegeu-se pela primeira vez governador do Rio de Janeiro já pelo PDT, para “surpresa dos adversários que não davam nada pela sua candidatura” (LEITE FILHO, 2008, p. 390). Como governador Brizola “teve de enfrentar uma verdadeira guerra contra o poder central, que mobilizou todo o arsenal militar, econômico, de mídia, tecnologia” (LEITE FILHO, 2008, p. 390).

Assim como no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, Brizola esteve preocupado com os direitos humanos, implantou um projeto educacional como meio de assegurar educação gratuita, a educação sempre foi a sua maior preocupação, conforme relatou José Maria Picada (2011),

quando ele elegeu-se governador do Rio de Janeiro criou o plano de ensino integral, na qual, o aluno vai de manhã para a escola e fica lá o dia todo e recebe as refeições necessárias, as horas de lazer o aluno preenche com atividades didáticas, de um bom resultado, implantou do meio para o fim do seu governo.

Essas escolas de ensino integral, chamadas CIEPs, Centros Integrados de Educação Pública segundo relatou Odilon Vieira outra grande realização que favoreceu a população carioca,

a ideia de criar o sambódromo, foi um projeto fantástico, fenomenal, um projeto de Oscar Niemeyer no qual não seria aproveitado somente no carnaval, mas que ele fosse usado todo tempo. Então a parte interior do sambódromo são salas para diversos tipos de atividades inclusive para escolarização, para comunidade para os mais diversos tipos de atividades (VIEIRA, 2012).

No carnaval, foram construídas arquibancadas móveis exclusivamente para os dias de carnaval, num esquema de improviso o que gerava um aumento de custos, corrupção e favorecimento. Com a criação do sambódromo, evitavam-se os problemas e o período que não era de carnaval o espaço era ocupado para formação de alunos.

Brizola elegeu-se novamente governador pelo Rio de Janeiro em 1992, foi candidato a presidente da República em 1994, candidato a vice-presidente em 1998, mas nunca eleito.

Em se tratando das derrotas de Brizola, José Maria Picada relata que,

Ele tinha uma personalidade política muito forte, mas muito arrebatado. Ele era uma pessoa que não aceitava partidários que não defendessem as ideias que ele defendia, tinha que ser aquela linha retilínea dele. Eu acho que se ele tivesse concordado com aquele estatuto da Ivete Vargas e depois com o andar da carruagem ele assumiria a

liderança do partido e seria presidente da República e o partido seria muito maior do que é hoje o PDT se restringe a alguns estados enquanto o PTB é uma bancada forte, mas dentro daquele modo admitindo não mantendo aquele vigorismo que ele impunha, ele era um trabalhista autêntico (PICADA, 2011).

Apesar de estar distante do Rio Grande do Sul, Brizola ainda tinha seus seguidores no Estado e até hoje, apesar de sua morte, é possível perceber que suas ideias ainda permeiam o cenário político. Talvez não com tanta veemência, mas deixou sua marca no tempo, o que nos permite indagamos o passado e analisarmos a presença de sua lembrança na sociedade sepeense.

Analisando as entrevistas percebemos algumas ideias que Brizola defendeu no início de sua carreira política sempre se mantiveram, como a preocupação com a educação desde quando era prefeito de Porto Alegre, quando governador do Estado e depois de seu retorno do exílio. Ao longo desse tempo sempre procurou criar escolas porque acreditava que só pela educação poderia transformar a sociedade. Seus ideais nacionalistas também sempre se mantiveram, assim como o modo de cativar o público, com seus discursos improvisados.

Porém para alguns o prestígio de Brizola, no decorrer do tempo foi se esgotando como relatou o senhor Errio Brum Pires,

As coisas vão se transformando à medida que o tempo passa, o Brizola até uns anos atrás ele tinha uma lideranças, uma memória, mas que não era aquela mesma da Legalidade, depois ele andou se desgastando, era um líder único dentro do partido, ele comandava de norte a sul. Não tinha dentro do PDT a mesma força que ele teve dentro do PTB, pelo desgaste político que houve, mas foi uma grande liderança (2012).

Para o senhor José Pires quando Brizola retorna do exílio em 1979,

Eu acredito que ele voltou mais passivo, fins de 1963/1964 ele estava muito agressivo, voltou com um tipo de pensar mais administrativo procurando que as coisas fossem decididas pela maioria porque embora democrata ele tinha um jeito “de vamos fazer e tem que ser”, ele tinha muito da administração ser do modo como ele pensava, mas as vezes a administração com outro modo não estava errada (2012).

Conforme o senhor Crespianiano de Souza Aires,

Depois que o Brizola voltou do exílio ele veio muito melhor, mais inteligente, os demagogos é que perseguiram ele. O nome, o que ele fez no Rio Grande do Sul, o Estado apareceu no governo do Brizola, ele ajudava os agricultores, os pecuaristas, ele foi líder no Rio Grande do Sul. De todos os governos que eu assisti desde que entendo política não teve governo como o de Brizola. Quer ideia melhor que o CIEP, aqui no Rio Grande do Sul o Collares que era governador implantou 96 escolas aqui no Estado, tudo ideia do Brizola.

Podemos concluir que, para nossos entrevistados, Brizola por seus atos e por sua retórica um tanto aguçada deixou suas marcas no tempo. Na Campanha da Legalidade saiu como um herói, onde ganhou grande destaque no cenário nacional, tornado-se um referencial para os seus seguidores. Mas as lembranças de sua atuação depois do exílio, já não são mais as mesmas, passando por uma metamorfose que implicou pelo menos, dois “Brizolas” diferentes.

IV-CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao longo da monografia percebemos a criação de dois partidos por Getúlio Vargas, o PTB e o PSD, sendo primeiro o partido dos trabalhadores e o segundo da burguesia. No Rio Grande do Sul o PTB teve uma melhor aceitação devido ao poder que Getúlio Vargas exercia sobre seus conterrâneos.

Brizola filia-se ao PTB, em 1955 é eleito prefeito de Porto Alegre e no ano de 1958, governador do Estado do Rio Grande do Sul. Sua atuação política nesses dois cargos foi um divisor de águas na sua carreira política. Como governador do Estado, Brizola consolidou como o grande herói, devido à Campanha da Legalidade.

Esse episódio ficou marcado na memória das pessoas que vivenciaram esse período histórico como foi possível observar ao longo do trabalho, e deste então Brizola saiu como um líder que lutou pelos direitos dos brasileiros, e ganhou grande proporção nacional o que não agradou muito a oposição, pois Brizola ganhava força no campo nacional.

O que percebemos é que os entrevistados reconhecem a importância que o Brizola teve como administrador, prefeito e, mais tarde, como governador do Estado cujo horizonte de preocupação era a educação. Essa lembrança é comum a todos. Quanto ao período da Campanha da Legalidade, eles lembram da postura tomada por Brizola como um herói, no sentido de alguém que age e muda a história. Nesse sentido o elegeram como um líder, como relatou Jarbas Moreira e como fica implícito nos depoimentos de Odilon Vieira, Rogério Vargas e Crespiano de Souza Aires.

Essa lembrança da Legalidade torna-se hegemônica em relação às demais lembranças de Brizola. Eles escolheram lembrar de Brizola como o líder, porque a lembrança depois de seu retorno do exílio, como governador da Guanabara, é de um homem mais cauteloso, mas que não aceitava outras lideranças dentro do seu partido, como relatou o senhor José Maria Picada e Odilon Vieira.

O que percebemos das lembranças que este grupo tem de Brizola em três momentos históricos distintos: o período de 1961 com a Campanha da Legalidade, o contexto do Golpe Civil-Militar de 1964 e a sua volta do exílio em 1979 durante o período de redemocratização do Brasil, existiu dois “Brizolas” diferentes. Na Campanha da Legalidade em 1961, um herói, que lutou e fez um chamamento a população gaúcha para que fosse efetuada a validação da Constituição. Em 1964 com o exílio, passou por um processo de metamorfose. Onde passou por novas experiências que transformaram-no em um Brizola tornou-se melhor.

V- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

AMARAL, F. Anselmo. **Brizola e a Legalidade**. Editora: Intermédio – 1986.

ALBERTI, Verena. Narrativas na História Oral. In: **Simpósio Nacional de História-ANPUH**. João Pessoa, PB: ANPUH-PB, 2003, p. 01-10.

_____, Verena. **História Oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

BALDISSERA, Marli. **Onde estão os grupos de onze?** Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS. 2003, 167f. Dissertação (mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, 2003.

BANDEIRA, Muniz. **Brizola e o Trabalhismo**. Editora: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança dos velhos. São Paulo: Companhia da Letras, 3 ed., 2009.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. In: **Perspectivas**. São Paulo, v. 35, p. 117- 148, jan/jun. 2009.

BRAUN, Cláudio Damião. **Todos contra o PTB**: disputas políticas no norte do Rio Grande do Sul (1961-1964). 2003, 137f. Dissertação (mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

BONI, Valdete; QUARESMA, Jurema Sílvia. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em ciências sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol.02, nº 1, janeiro-julho/2005, p. 68-80.

D'ARAÚJO, Maria Celina; Soares, Gláucio A.; Castro, Celso. **Visões do golpe**: A memória militar de 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina; GOMES, Angela de Castro;. **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

DUSSEL, Inês; FINOCCHIO, Silvia & GOJMAN, Silvia. **Haciendo Memoria em el País de Nunca Más**. Buenos Aires: EUDEBA, 1997.

ELÍADE, Mírcea. **Mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992.

FELIZARDO, Joaquim José. **A Legalidade**: o último levante gaúcho. 4ª Ed – Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.

FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. In: **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2005, p. 277-318.

_____, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, JORGE; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, v.3.

FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FÉLIX, Loiva Otero. A história política hoje: novas abordagens. In: **Revista Catarinense de História**. nº. 5, p.49-66, 1998.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheirub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da História oral. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 03-13.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIRON, Loraine Slomp. Da memória nasce a História. In: LENSKIJ, T & HELFER, N. E. (Org.). **A memória e o ensino de História**. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000.

GIULIANI, Vanderlei. **O impacto da reforma educacional de 1971 e suas consequências no cotidiano docente de São Sepé**. Trabalho Final de Conclusão, Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JANES, Andréia Rezende Peres. **O PTB: entre o estado e as massas**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Espírito Santo, 2007, 190f.

JULLIARD, Jacques. "A política". In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 180-196.

KUHN, Dione. **Brizola: da Legalidade ao exílio**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El Caudillo: Leonel Brizola: um perfil biográfico**. 1ª Ed. São Paulo: Aquariana, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. 1º Encontro regional de história oral. São Paulo: FFLCH/Xamã, 1996.

NEVES, Lucilia de Almeida. **Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)**. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 167-203.

NORA, Pierre (org.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984. Vol 1. La République.

PIRES, Afif Jorge Simões. **Diga-se de passagem** (Fragmentos de Memórias). Martins Livreiro, 1987.

PERELMAN, Chaïm. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. 2ª Ed.: São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.02, n 3, 1989, p. 03-15.

_____, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 02, n. 10, 1992, p. 200-212.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 02-15.

RODEGHERO, Simone. Regime Militar e oposição. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (orgs.). **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. V.4.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Anpocs, 1998.

_____, Myrian, Sepúlveda dos Santos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHILLING, Paulo. **Como se coloca a direita no poder: os protagonistas**. São Paulo: Global, 1979. v.1.

SENTO-SÉ, João Trajano. O discurso brizolista e a cultura política carioca. In: **Varia História**. 2002, nº 28, dez. p. 01-20.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Saga, 1982.

SZATROSKI, Elenice. **Os grupos dos onze: política, poder e repressão na Região do Médio Alto Uruguai – RS 1947- 1968**. 2003, 188f. Dissertação (mestrado em História), Universidade de Passo Fundo - UPF, Passo Fundo, 2003.

TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória**. Passo Fundo, Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 24, nº. 47, p. 13-28, 2004.

WASERMAN, Claudia. O golpe de 1964: Rio Grande do Sul, celeiro do Brasil. In: **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. / org. Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. – 2. ed., rev. e ampl. – Porto Alegre : Corag, 2010. – v. 1; p. 272.

WEBER, Max . “Textos selecionados”. Seleção e tradução de Maurício Tragtenberg. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural.

Fontes orais:

AIRES, Crespiano de Souza. **Entrevista cedida à Tamiris Carvalho**. São Sepé, 01 de março de 2012.

CORREA, Leoni Jacinto Guedes. **Entrevista cedida à Tamiris Carvalho**. São Sepé, 03 de janeiro de 2012.

MOREIRA, Jarbas. **Entrevista cedida à Tamiris Carvalho**. São Sepé, 28 de dezembro de 2011.

PICADA, José Maria de Souza. **Entrevista cedida à Tamiris Carvalho**. São Sepé, 29 de dezembro de 2011.

PIRES, Errio Custódio Brum Pires. **Entrevista cedida à Tamiris Carvalho**. São Sepé, 04 de janeiro de 2012.

PIRES, José Moacir Gomes. **Entrevista cedida à Tamiris Carvalho**. São Sepé, 29 de fevereiro de 2012.

VARGAS, Rogério. **Entrevista cedida à Tamiris Carvalho**. São Sepé, 02 de janeiro de 2012.

VIEIRA, Odilon. **Entrevista cedida à Tamiris Carvalho**. São Sepé, 02 de janeiro de 2012.

Anexos.

Entrevista

- 1- Quando teve início a sua atuação política? Filiou-se há algum partido político? Por que sentiu essa necessidade?
- 2- Por que escolheu este partido político? Caso não tenha sido filiado a nenhum partido porque nunca se filiou a nenhum partido?
- 3- Qual a sua atividade dentro do partido político?
- 4- Em se tratando das eleições para governador em 1958 como São Sepé atuou neste processo histórico?
- 5- E nas eleições municipais como a disputa política? Quais eram os partidos políticos de maior relevância naquele período na cidade?
- 6- Em relação à renúncia do presidente Jânio Quadros como ficou sabendo da notícia? O senhor lembra-se deste dia? Qual a sua reação?
- 7- Como foram os dias que se seguiram até a posse do vice-presidente Jango?
- 8- Brizola mobilizou parte da população gaúcha em prol da Constituição que ficou conhecida como Campanha da Legalidade. Como foi aqui em São Sepé? A população sepeense se mobilizou neste movimento?
- 9- O senhor acredita que a sociedade sepeense nos dias atuais demonstra ter uma memória coletiva sobre o Brizola? Por quê? Ao que se deve essa memória?
- 10- Em relação à educação como você vê a luta a do Brizola?
- 11- Quais as pessoas quem em São Sepé foram presas no período da ditadura? Por quê?
- 12- O Brizola teve alguma resistência ao golpe?
- 13- Como foi a volta do Brizola do exílio?
- 14- Como você avalia a política realizada por Brizola na volta do exílio? A sua eleição a governador no Rio de Janeiro onde foi eleito duas vezes? E a sua candidatura a presidente da República?

Carta de cessão.

Destinatário,

Eu, ERRICO BRUM PIRES IDENT. 2003792741 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada 03/01/2012 para Tamiris Carvalho ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM quem tiver a guarda da mesma.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha assinatura.



Carta de cessão.

Destinatário,

Eu, ODILON VIEIRA IDENT. 1038 55 2939 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada 02/01/2011 para Tamiris Carvalho ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM quem tiver a guarda da mesma.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha assinatura.

Tamiris Carvalho Odilon Vieira

Carta de cessão.

Destinatário,

Eu, JOSÉ PIRES IDENT. 9060139103 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada 29/02/2012 para Tamiris Carvalho ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM quem tiver a guarda da mesma.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha assinatura.

Tamiris Carvalho José Moacir Gomes Pires

Carta de cessão.

Destinatário,

Eu, CRESPINIANO DE SOUZA AIRES, 3040884672 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada 01/03/2012, para Tamiris Carvalho ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM quem tiver a guarda da mesma.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha assinatura. *Crespiano Aires*

Tamiris Carvalho

Carta de cessão.

Destinatário,

Eu, JOSÉ ROGERIO CORREA VARGAS IBENI. 1031714511 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada 02/03/2011 para Tamiris Carvalho ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM quem tiver a guarda da mesma.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha assinatura.

Tamiris Carvalho

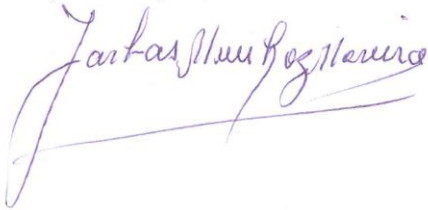


Carta de cessão.

Destinatário,

Eu, JARBAS MUNHOZ MOREIRA 1013385644 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada 27/12/2011 para Tamiris Carvalho ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM quem tiver a guarda da mesma.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha assinatura.



Carta de cessão.

Destinatário,

Eu, JOSÉ MARIA DE SOUZA PICA DA IDENT. 201858442 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada 29/12/2011 para Tamiris Carvalho ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM quem tiver a guarda da mesma.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha assinatura.

Tamiris
Carvalho



Carta de cessão.

Destinatário,

Eu, LEONI JACINTO G. CORREA IB. 1023408907 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada 02/01/2012 para Tamiris Carvalho ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM quem tiver a guarda da mesma.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha assinatura.

Tamiris Carvalho

Leoni Jacinto G. Correa